

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO DE PAIVA

ATA N. 12, DE 30.06.2015

I – PRELIMINARES

No dia 30 de junho de 2015, pelas 20h30, nos Paços do Município, reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal (AM) de Castelo de Paiva, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Intervenção do público.
2. Ata da reunião de 30.04.2015
3. Assuntos gerais de interesse autárquico (período de antes da ordem do dia).
4. Informação escrita da atividade da Câmara Municipal (CM) e da situação financeira da mesma.
5. Orçamento de 2015 – 1ª Revisão.
6. Listagem dos Compromissos Plurianuais e aquisições de serviços relativas ao 1.º trimestre 2015.
7. Apoio ao Investimento. Regulamento.
8. Período de Intervenção do Público.

Participaram os membros: António Gouveia Coelho, Carla Margarida Nunes de Freitas Vinagre, José Vieira Gonçalves, Manuel António da Rocha Pereira, José António da Costa Moreira da Rocha, Maria de Fátima Reis Laranja Strecht Ribeiro, Giselda Martins de Sousa Neves, António da Silva Pinto, Fernando Rodrigues Alves, Ângelo Soares Fernandes, Abel Duarte Barbosa, Ricardo Jorge Martins Alves, José Duarte Sousa Rocha; Maria Alcina Gonçalves Correia, Maria Manuela de Sousa Moreira, Marta do Rosário Martins Moreira Teixeira; Ricardo Costa Moreira, Almiro Miguel dos Santos Rodrigues Moreira, Maria Celeste José dos Santos, Liliana Catarina Martins Vieira, Mónica Sofia Gomes da Rocha em substituição do Presidente da União de Freguesias de Raiva, Pedorido e Paraíso, José António dos Santos Vilela, Carlos Manuel Silva Moreira, em substituição do Presidente da Junta de Freguesia de Fornos, Vítor Manuel Quintas Pinho, Joselina Maria Barbosa Fernandes Casaca, e Agostinho Manuel Luís Monteiro.

Da Câmara Municipal (CM) participaram: o Presidente, Gonçalo Rocha e os Vereadores José Manuel Carvalho, Manuel Joaquim Correia Almeida Junot da Silva, e Vanessa Pereira.

Presidiu Gouveia Coelho, assessorado pelos secretários, Carla Margarida Nunes de Freitas Vinagre e José Vieira Gonçalves, Primeiro e Segundos Secretários respetivamente.

Pediram a suspensão de mandato os Membros:

Cátia Cristina Gomes Rodrigues. A AM nada opôs à requerida suspensão e aceitando que, então, em vez daquele, participasse na sessão o substituto Maria Celeste José dos Santos (o primeiro suplente da lista em que aquele tinha sido eleito);

Manuel da Costa Moreira da Rocha Correia. A AM nada opôs à requerida suspensão e aceitando que, então, em vez daquele, participasse na sessão o substituto Almiro Miguel dos Santos Rodrigues Moreira (primeiro suplente da lista em que aquele tinha sido eleito);

António Pedro Maldonado Martins Carvalho. A AM nada opôs à requerida suspensão e aceitando que, então, em vez daquele, participasse na sessão o substituto Liliana Catarina Martins Vieira (primeiro suplente da lista em que aquele tinha sido eleito);

Faltou o Membro José Manuel Lopes de Almeida.

O Presidente da AM declarou aberta a sessão às 20.30h.

Ricardo Jorge pediu um ponto de Ordem à Mesa e referiu que em nome de vários membros dos dois grupos municipais, e como estava a decorrer um jogo que todos gostavam de estar a ver, e em face da Ordem de Trabalhos a reunião não ia demorar muito, achava que não haveria qualquer prejuízo para a Ordem de Trabalhos e para a reunião se a suspendessem por uma hora. Colocava à consideração da Mesa e se fosse indeferido requeria que houvesse votação.

Presidente da AM referiu que achava excessivo e não sabia se tinha cabimento legal suspender os trabalhos ou adiar o seu início por causa do futebol. Sentia-se violentado com aquela sugestão.

Vitor Pinho referiu que, no passado, na Assembleia da República tinham suspenso os trabalhos para irem ver telenovelas brasileiras. Agora estavam a falar da seleção nacional, de uma nação e de um povo.

Presidente da AM referiu que continuava a entender que era uma inversão de valores e não ficava bem à AM. Iria indeferir o requerimento, porque não via fundamento legal.

Como houve um recurso da decisão de indeferimento, colocou à votação da AM a suspensão dos trabalhos até às 21.30 horas.

A AM deliberou por maioria, com 11 votos contra o indeferimento e 10 votos a favor da continuação dos trabalhos, suspender os trabalhos até às 21.30 horas.

Ricardo Jorge referiu que como houve muita oposição àquela questão retirava o pedido.

Presidente da AM referiu que após o resultado da votação o proponente retirava o pedido e questionou se alguém se opunha aquela deliberação.

Como não houve oposição, a AM considerou anulada a votação.

Verificou-se a presença do Membro José António Rocha.

Alcina Correia referiu que a sessão estava marcada para as 20.15 horas e que esperava que da próxima vez todas as pessoas tivessem consideração e consciência para chegar a horas e não à hora que lhes apetecesse. Isto sucedeu, porque ficaram mais um bocado a ver o futebol e se tivessem chegado a horas já teriam começado os trabalhos e provavelmente sairiam mais cedo e até poderiam ir ver um bocadinho do jogo.

Presidente da AM referiu que subscrevia o que tinha sido dito, mas reconhecia que as sessões eram razoavelmente pontuais, contudo, de vez em quando facilitavam e então iria marcar-se para mais tarde para se chegar a horas.

José António Rocha referiu que não esteve a ver o futebol, porque trabalhou até às 18 horas e tinha de vir da Murtosa. Achava que 20.15 horas não era uma hora muito adequada.

Presidente da AM referiu que estavam a fazer as sessões à noite, mas a Mesa tinha como justificar as ausências ao trabalho.

Almiro Moreira questionou quem estava a representar o Senhor Presidente da CM.

Presidente da AM referiu que tinha dito à CM que iria iniciar às 20.15 horas, mas havia umas questões iniciais da AM e a CM poderia ser dispensada, mas de qualquer das formas já estavam três Vereadores presentes.

1.- INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.

Não houve intervenções

2. ATA DA SESSÃO DA AM DE 25.02.2015.

Presente a ata da sessão ordinária da AM de 30.04.2015.

Almiro Moreira referiu que na página 4 onde referia que “Almiro Moreira referiu que quanto ao ponto 9...” Não era ponto 9, mas sim 11. Na página 9, na sexta linha da sua intervenção onde se lia “... contrariamente ao que dizem que as principais razões das receitas...” deveria ler-se, “...das descidas das receitas...”

Colocada à votação a AM deliberou por maioria, com 9 abstenções, por não terem estado presentes na sessão, e os votos a favor dos restantes membros, aprovar a referida ata, com as alterações propostas.

Verificou-se a presença da Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria de Sardoura.

Presidente da AM referiu que tinha proferido um despacho que era uma justificação por causa de duas atas que faltavam aprovar uma delas de 25.02.2015 que o Membro Almiro tinha referido que a sua intervenção não espelhava o seu pensamento, mas como houve um problema com a gravação, foi-lhe pedido que apresentasse um resumo da sua intervenção. Esta já tinha sido entregue e já tinha sido retificada e viria à próxima sessão para aprovação. Havia uma outra ata de 27.06.2014 que já tinha sido agendada por duas vezes, mas foi retirada uma vez pela Mesa, porque foram levantadas umas questões, e voltou a ser agendada depois de resolvidas, mas a AM não a aprovou. Tinha ficado com dúvidas, porque não tinha havido nenhuma recomendação nem declarações de voto no sentido de indicar à Mesa o que deveria fazer. A Mesa tinha reunido e aquela questão ficou adiada para uma próxima reunião, que iam ver, com quem cabe a responsabilidade de fazer as atas, de reformular a mesma para proporem aos Membros da AM.

Ricardo Jorge referiu que o Sr. Presidente da AM estava a falar da ata das reuniões de 26 de Junho e 11 de Julho. Aquela ata foi apresentada na sessão do Couto Mineiro, que houve intervenções sobre a mesma e que o Sr. Presidente da AM resolveu retirá-la e agendá-la na sessão seguinte. Na sessão seguinte a ata foi agendada e voltou a haver intervenções, manifestaram discordância quanto à mesma por duas razões. A primeira era que entendia que do ponto de vista do Regimento e por força da Lei o Sr. Presidente da AM não poderia ter introduzido a declaração de voto na reunião seguinte relativamente à reunião anterior. A segunda questão era que por força da Lei tinham de ser duas atas e não apenas uma. O Sr. Presidente da AM resolveu colocá-la à votação tal e qual como estava e a mesma foi reprovada pela maioria. Quem se recordava, deveria lembrar-se que o Sr. Presidente da AM tinha dito depois da votação que iria ver o despacho sobre aquilo. Já tinha passado um ano e não houve despacho nenhum. No dia seguinte, depois de ter recebido a convocatória, em nome do Grupo Municipal do PSD, requereu a introdução do ponto como previa a Lei e o Regimento. Tinha apresentado as duas atas conforme tinha sido deliberado em AM. Tinha sido retirada a declaração da ata contra a qual se tinham manifestado em maioria e ainda tinha ficado a constar na mesma que a primeira reunião terminou com a leitura da ata e aprovação da minuta, quando na verdade terminou por falta de quórum, mas que quanto a isto estavam todos de acordo. Tinha apresentado aquele requerimento, mas recebeu ontem do Sr. Presidente da AM um despacho a dizer que indeferia o requerimento e que iria justificar na AM. Achava que era ilegal, porque um ato administrativo deveria ter fundamentação. No indeferimento dizia que a competência para fazer as atas era dos secretários, mas estavam há um ano à espera para aprovar a ata e provavelmente iriam acabar o mandato sem a aprovar, o que era uma vergonha. Em face de tudo isto, em nome do Grupo Municipal do PSD poderiam chegar à AM e recorrer do despacho para o plenário, e tinha a certeza que a introdução do ponto iria ser aprovado, mas não o ia fazer, ia dar seguimento à fundamentação jurídica do Sr.

Presidente da AM e ia requerer que a AM deliberasse no sentido de pedir aos Senhores Secretários que fizessem a ata de 27.06.2014 e 11.07.2014 tal e qual como a tinham feito, com a correção que foi votada na AM, ou seja no fim da primeira ata corrigir e dizer que a reunião terminou por falta de quórum e retirar a declaração de voto da segunda reunião. Pretendia que se fizessem duas atas conforme mandava a lei 75/2013. Era isto que requeria que fosse colocado à votação.

Presidente da AM referiu que a AM só podia deliberar sobre assuntos que estavam na Agenda. Tinha dado uma informação de uma decisão da Mesa. O despacho era muito simples, tinha apenas uma palavra, tinha fundamento jurídico e se não estivessem de acordo tinham o Tribunal Administrativo para recorrer. Em nome da transparência e da verdade, disse que o Sr. José Vieira tinha participado na reunião da Mesa e tinha proposto aquilo mesmo que o Membro Ricardo Jorge apresentou. Aquilo era apenas uma circunstância e que não estava a tirar nenhuma conclusão. A Mesa tinha as suas competências e ia cumpri-las. Seria peregrino que se abrisse um precedente que os Membros da AM tivessem o direito de fazer cada um a sua ata e requerer o agendamento da votação da sua ata, escolhendo o ponto da ordem de trabalhos e a alínea onde tinha de ser introduzido. Não era verdade que estivessem à espera um ano porque ela tinha vindo à AM na primavera.

Ricardo Jorge referiu que se o Secretário Sr. José tinha pedido para ser introduzido o ponto, o Sr. Presidente da AM deveria dizer por que razão não o fez. Questionou quando estava a pensar trazer a ata à AM.

Presidente da AM referiu que a Mesa tinha abordado aquela questão e que tomou a deliberação que estava em ata que ia analisar toda a questão, ler as razões pelas quais não foi aprovada em Pedorido e depois na sessão seguinte da AM e ia naturalmente cumprir a lei e os estatutos. Não ia haver falsificação de atas. Se a maioria conjuntural aprovar uma ata falsa, com truncagem de factos da AM ou com exclusão de temas com certeza que iria exercer as suas funções e o Tribunal Administrativo decidiria. Acreditava que não chegariam a isso porque acreditava na boa fé e no bom senso. Quem tinha competência legal para fazer a ata iria fazê-la ou mantê-la. A Mesa iria tomar deliberação sobre isto se fosse necessário fazia os despachos que fossem precisos.

3. ASSUNTOS GERAIS DE INTERESSE AUTÁRQUICO (PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA).

Almiro Moreira referiu que dava os parabéns pela forma como tinham corrido as festas de S. João e aproveitava também para dar os parabéns à União de Freguesias de Raiva, Pedorido e Paraíso pelo Couto Mineiro em Festa. Quanto aos territórios de baixa densidade na última AM ficou estabelecido que ele e o Vitor Quintas ficaram incumbidos de preparar um texto e rever o que tinha sido apresentada. Solicitou informação por intermédio do Sr. Presidente da Mesa à ANMP e que só na última sexta-feira lhe chegou aquela informação às mãos. Já tinha entregue a

proposta ao Sr. Presidente da AM com conhecimento ao Sr. Vitor Quintas. Era apenas uma proposta e que estavam abertos a qualquer eventual contributo. O PSD achava que deveriam ser lidos todos os esforços, as vantagens de se apresentar um documento único, a importância de Castelo de Paiva pertencer aos territórios de baixa densidade, poderiam perder milhões de euros, e que estavam de facto imbuídos naquele esforço para que o documento fosse único e que a posição fosse de todos para que pudessem reverter aquela decisão. Mas o facto de estarem todos imbuídos naquele espírito, não deixava de referir outra vez, a forma ligeira como o Sr. Presidente da CM tratou daquele assunto. Achava que o Sr. Presidente da CM deveria ser processado por negligência grave neste assunto. Castelo de Paiva não ser território de baixa densidade significava milhões de prejuízos, hipotecar o Concelho no Quadro Comunitário, perderiam acesso a fundos que outros Municípios poderiam ter, mas pior que isto tudo era que o Sr. Presidente da CM tinha mentido à AM e a todos os Paivenses. Na ata que tinha acabado de aprovar o Sr. Presidente da CM tinha referido que tinha estado presente numa reunião alargada com todos os municípios, foram-lhe apresentados os critérios, que foi confrontado com o facto de existir uma comissão que não conhecia constituída por câmaras de dois ou três partidos. Que era mentira, porque aquela comissão foi apresentada na reunião do Conselho Geral de que o Sr. Presidente da CM fazia parte, no dia 25 de Março de 2014, ponto 6. Criação da Secção dos Municípios de Baixa Densidade e do Mundo Rural foi aprovado por unanimidade. Que fazendo parte daquele Conselho Geral não poderia alegar que não conhecia as matérias que eram tratadas. O Sr. Presidente da CM tinha dito que aquela Comissão era composta por dois ou três municípios, dava a entender que aquela comissão tinha sido criada para defender e criar a lista dos territórios de baixa densidade, mas aquela comissão era composta por 137 municípios, mas lamentavelmente Castelo de Paiva não aderiu àquela comissão, e que o Sr. Presidente da CM referiu que só tinha tido conhecimento da mesma em Novembro. Mas o Sr. Presidente da CM voltou a mentir à AM na última sessão e mentiu duas vezes, porque tinha referido que tinha tido a coragem de ter votado contra porque não se revia no facto de Castelo de Paiva não ter integrado aquele mapa, e que tinha manifestado de viva voz a posição do Município de Castelo de Paiva. Se estava a referir à reunião que teve lugar em 6 de Novembro de 2014. Mas a ata daquela reunião produzida pela ANMP, referia que houve intervenções dos Municípios de Loulé, Sobral de Monte Agraço, Santa Comba Dão, Sever do Vouga, Portimão, Pampilhosa da Serra, Ansião, Arganil, Ponte da Barca, Baião, Nelas e Barrancos. Mais à frente referia que foram apresentadas discordâncias relativamente aos mapas propostos, pelos representantes dos Municípios de Loulé, Sobral de Monte Agraço, Santa Comba Dão, Sever do Vouga, Portimão e Nelas. Não via ali a viva voz do Sr. Presidente da CM que atestou que tinha de viva voz defendido os interesses do Município. Também constatou que na ata constava que os documentos foram aprovados por maioria com os votos contra dos Presidentes das Câmara Municipais de Nelas e Castelo de Paiva.

Ficava muito triste por terem existido 308 concelhos que concordavam com aquele mapa e só existirem dois concelhos que não concordaram com o mesmo. Era muito grave a forma como o Sr. Presidente da CM tratou aquele assunto, e que vinha reforçar a sua intervenção anterior quando lhe disse que não sabia do que estava a falar e que o voto contra mostrava mesmo isso, porque não tinha manifestado discordância sobre o mapa, porque como não sabia do que se estava a tratar, dificilmente iria fazer uma intervenção na ANMP, discordando de um assunto que desconhecia, e por isso não interveio, não fez a sua manifestação de viva voz, apenas votou contra. Mas aquilo era muito pouco para a defesa dos interesses dos municípios e de Castelo de Paiva. O PSD esperava que aquela situação se revertisse porque era muito grave para Castelo de Paiva se tal não acontecesse, e por isso já tinha dado o seu contributo. Independentemente do que venha a acontecer e se viessem ou não a integrar aquele mapa, uma coisa os paivenses tinham de saber, que o Sr. Presidente da CM tinha sido negligente e tratou muito mal aquele assunto, ao demonstrar o completo desconhecimento de uma coisa que era tão importante para Castelo de Paiva.

Vitor Pinho Presidente da Junta de Freguesia de Real referiu que dava os parabéns à CM pela iniciativa que fizeram ao Luxemburgo, porque já tinham um “feedback” de alguns expositores que já tinham encomendas. Agradecia ao Executivo a ajuda que dava às coletividades de Real, nomeadamente ao Atlético Clube de Real e que o futsal feminino ganhou o campeonato e a taça da Federação de Futsal Amadora de Penafiel. Agradeceu a presença do Sr. Presidente da CM na bênção do terreno da Associação de Nojões. Alertou a CM para as fossas do loteamento do Outeiro e Vale da Mota. Aquelas fossas estavam a céu aberto e que apesar de ser um crime público, de pôr em causa a saúde pública representava um grave perigo. Solicitou à CM que tomassem providências naquele sentido.

Ricardo Jorge referiu que relativamente ao ponto da ata era lamentável a forma como o Sr. Presidente da AM usava os poderes de Presidente para gozar com a maioria dos Membros da AM, e o mais grave ainda, no seu entender, a forma como usou e fez questão de repetir o gozo, para com os membros da Mesa, que não eram mais que os membros da AM, mas tinham uma função para além dos mesmos, e registar ainda que ficava a satisfação do Sr. Presidente da AM, por se ter enganado quando disse que a ata estava há um ano para ser aprovada, mas afinal era só há nove meses.

Agostinho Monteiro Presidente da Junta de Freguesia de S. Martinho referiu que se tinha deslocado a um concelho vizinho para ver uma AM para saber como geriam uma Assembleia. Era lamentável, porque todos tinham sido eleitos, mas vinham para a AM mandar bocas para a Mesa e uns aos outros. Lamentava que isto acontecesse na AM, porque se tinham sido eleitos era porque o povo acreditou neles. Solicitou à Mesa que quando se marcasse um horário, deveria ser cumprido. Agradeceu à CM pelo evento no Luxemburgo, que foi uma boa iniciativa. De irem

ao encontro dos emigrantes, e do sentimento que eles tinham em procurar o Presidente da CM e os das Juntas de Freguesia. Achava que para o ano Castelo de Paiva deveria levar mais expositores. Foram louvados por aquela iniciativa, a CM estava de parabéns e os emigrantes agradeceram.

Giselda Neves referiu que estavam quase a 50% por cento do mandato, que se tinham sido eleitos, foi para trabalharem, que se queriam produzir alguma coisa de bom para o Concelho era a altura de deixar picardias e trabalharem mesmo. Nunca assistiu a nenhuma AM de outro concelho, mas acreditava que fossem mais produtivas. Deveriam trabalhar em prol do Concelho e quando demonstravam vontade de trabalhar em conjunto tinham de o fazer mesmo, e não era logo de seguida espicaçar ou por palavras mais azedas ou de mentiras, porque o clima ficava mesmo mau e acabavam, de facto, por não fazerem nada de bom ou produzir o que deveriam fazer. Tinha lido a ata anterior com atenção, porque lhe interessa perceber a classificação dos concelhos de baixa densidade ou rurais. O Sr. Presidente da AM tinha dados da ANMP e era interessante que todos partilhassem para perceberem se houve erros, se havia forma de os corrigir e sobretudo para que não deitassem poeira para os olhos, para depois dizerem que houve erros, ou dizer que o dossier foi mal estudado e que não estavam a ser classificados, porque o Sr. Presidente da CM não tinha feito isto ou aquilo. Precisavam de saber exatamente quais eram os parâmetros exatos para serem classificados de concelho de baixa densidade. O Vitor Quintas e o Almiro trabalharam para melhorar o documento e o importante era saber se havia dados que pudessem ser corrigidos ou errados na classificação e o que é que podia ser feito. Quanto aos trabalhos da AM, era altura de começarem porque só tinham dois anos e deveriam esquecer as picardias entre a Mesa. Tinha sido todos eleitos e o Sr. Presidente da AM tinha sido eleito por longa maioria e a vontade do povo tinha de ser respeitado. Se não quisessem o Presidente da AM deveriam usar o Regimento e fazer o que deveria ser feito ou usavam o Regimento, ou não, mas não deveriam andar mais quatro anos assim. Quanto às atividades que irão ser promovidas pela CM no verão, gostaria que não se esquecessem dos ecopontos e dos contentores do lixo que se não fossem limpos e lavados acabavam por trazer pontos negativos para o concelho. Dava os parabéns por algumas obras que estavam a ser feitas, nomeadamente as ruas que estavam a ser melhoradas na Vila. Quanto à questão da água, gostava que a CM informasse se havia novos desenvolvimentos no setor da água. Relativamente à questão da educação, as obras no Agrupamento estavam a um bom ritmo, mas gostava de saber o que ia acontecer às instalações da EB 2/3. Se havia investimento previsto e qual ia ser o futuro de todo aquele edifício. Elogiou a sinalização que foi feita junto ao CACE com as passadeiras e com as bandas que limitavam a velocidade. Quanto à área do turismo, deu os parabéns ao empreendimento que surgiu o “Rio Moments”, que estava muito bonito e que era um investimento para Castelo de Paiva. Questionou a CM se não havia possibilidade do Município no âmbito do próximo

Quadro Comunitário conseguir juntamente com Arouca alargar o passadiço sobre o Rio Paiva. O trilho do mineiro era uma área em que se podia apostar nas várias freguesias ativando os percursos pedestres. Deixou a sugestão que desde que saiu publicado nas redes sociais que a Estrada Nacional 222 era a estrada mais bonita do Mundo, havia uma série de turistas a procurar a ligação de Castelo de Paiva para a zona da Régua pela referida estrada, que convinha que houvesse um mapa simples ou um folheto informativo, sobre esta questão.

José Vieira referiu que tinha voltado às sessões da AM e que as faltas eram devidas ao facto de ter estado doente. Quando se ausentou da Mesa na última AM em que fez a sua intervenção e foi-lhe dito que possivelmente estaria a mentir. Já há 20 e tal anos que estava ligado à vida autárquica, sempre tinha sido respeitado como cidadão e por todos os quadrantes políticos. Agradecia a todos os que tinham confiado nele e sabiam que o que tinha pronunciado jamais seria mentira, pois era verdade. Após aquela reunião da AM, teve vários contactos com a Mesa e com a Secretária da AM e chegaram à conclusão que realmente era verdade que o Sr. Presidente da AM pelo telefone proibiu a sua entrada na secção que tinha referido. A secretária da AM, há longos anos, era uma pessoa séria, honesta e em quem confiavam e como não se revia numa situação daquelas, tomou a iniciativa de pedir ao seu chefe de secção a sua substituição de secretária da AM, mas com o esforço dos Secretários da Mesa que apelaram e deram-lhe o apoio para que continuasse a secretariar as Assembleias Municipais. Quanto ao que se passou na AM no Couto Mineiro do Pejão deixava para depois. Gostava que a 1ª. Secretária da AM que, representava o Sr. Presidente nas suas ausências, dissesse à AM porque é que o tinha convidado para ir ao Congresso da ANMP a Troia, porque o Sr. Presidente da AM iria estar no Brasil e que ela própria não podia ir por motivos de saúde. Mas uma semana antes do Congresso foi informado que o Sr. Presidente da AM, que já estava no Brasil, ia ao congresso a Troia. Mas não tinha ido ninguém da Mesa a Troia representar a AM. Era assim que o Sr. Presidente da AM queria harmonia, paz e a democracia, como ele assim o dizia. Tinha recebido um email da secretária geral da AM, e que aquela e o Sr. Presidente da Mesa indicavam o dia para a realização da sessão da AM, e solicitavam que se houvesse inconveniente na data, que estava mencionada para o dia 26 de Junho que dissesse alguma coisa. Apesar dos secretários da Mesa não terem sido ouvidos quanto à data da reunião, mesmo assim tinha respondido que não tinha nada a opor, mas solicitou que fizesse parte da Ordem de Trabalhos a aprovação da ata de 27.06.2014. Na reunião de preparação da AM, ficou surpreendido porque a Ordem de Trabalhos que iam discutir já estava feita e que a secretária da AM ainda “levou um puxão de orelhas”, porque tinha introduzido mais um ponto depois do Sr. Presidente já ter assinado. Questionou, então, se vinha reunir para preparar a Ordem de Trabalhos, pois quando chegaram já estava pronta. Referiu que alguma coisa tinha de mudar. Aproveitava para agradecer e dar os parabéns à União de Freguesias do Couto Mineiro do Pejão pelo

evento que fez no alto de S. Domingos. Todos tinham trabalhado muito e estavam de parabéns.

Presidente da AM deu informação das atividades em que tinha participado como representante da AM. Que tinha estado presente: na sessão da entrega de bolsas de estudo aos estudantes do ensino superior; na 12ª. Prova e Mostra de Vinhos e Petiscos de Sabariz; na Feira Social das IPSS's; na entrega dos prémios aos atletas do Atlético Clube de Real; na Feira Internacional de Gastronomia e Vinhos do Tâmega e Sousa no Luxemburgo; no evento do Couto Mineiro em Festa; na cerimónia de homenagem dos atletas do Grupo Desportivo e Cultural de Castelo de Paiva; na comemoração da memória ao Prof. Joaquim Quintas em Real; no 6º. Aniversário da Associação de S. Gonçalo de Nojões com a bênção do terreno em Nojões. Quanto à intervenção do Almiro, informou que já tinha dado conhecimento à CM e que poderia dar conhecimento também à Mesa. Que tinham recebido um convite do Sr. Presidente da CM de Esposende, extensivo a todos para um convívio de autarcas do Norte no dia 18 de Julho na discoteca Pacha em Ofir. Por último agradeceu as intervenções do Agostinho e da Giselda. Quanto às intervenções do Ricardo Jorge referiu que não se reconhecia na imagem de Presidente da AM que tinha referido, e que deveria ter um fantasma qualquer na cabeça. Os sentimentos pessoais de gozo não existiam. Estava ali para fazer trabalho sério, estava perfeitamente disponível e era impossível trabalhar com o mínimo de boa-fé. Quanto à ata referiu que aquela tinha vindo à AM na primavera, e o que foi deliberado quanto à mesma era o que constava na ata aprovada pela AM por unanimidade. Deveriam por um ponto final naquela inutilidade e desgaste de energia. Quanto à intervenção do Sr. José Gonçalves, não tinha comentários.

Ricardo Jorge referiu que não admitia que o Sr. Presidente da AM lhe dissesse que tinha fantasmas na cabeça. Que o que tinha ouvido era, dois elementos do Partido Socialista, um a dizer que tinha mentido à AM e outro que tinha ido a uma Assembleia vizinha aprender como se geria uma AM.

Presidente da CM referiu que o mapeamento dos equipamentos que estava a ser feito ao nível das estruturas da Comissão de Coordenação, um dos investimentos que estava em cima da mesa era a reabilitação da Escola EB 2/3 de Castelo de Paiva para um pólo educativo. Que as obras da Parque Escolar estavam numa fase adiantada, mas que não havia por parte do Ministério da Educação informação concreta de quais os estabelecimentos de ensino que iriam funcionar no próximo ano letivo. Aproveitou a oportunidade para manifestar o seu agradecimento e reconhecimento aos Agrupamentos de Escolas e a toda a comunidade educativa, pela forma como se desenrolou o ano letivo. Quanto às notas que o Membro Giselda deu sobre o ambiente, era importante fazer tudo para que Castelo de Paiva tivesse mais gente a visitar o Concelho. Deu nota que quem vinha abrir a próxima Feira do Vinho Verde era o Presidente da CM do Porto Dr. Rui Moreira. Que aquela visita, para além de mostrar a Feira e os produtos regionais, queria também

estabelecer algumas pontes com o Município do Porto, que nos últimos tempos tinha centenas de milhares de pessoas a visitá-lo. Que aliado a isto o trabalho que estava a ser desenvolvido pela entidade do Turismo e Norte de Portugal, que havia muitas matérias que tinham de ser trabalhadas, de afirmação dos produtos também no estrangeiro e que a Feira do Luxemburgo teve aquele objetivo. Quanto às questões colocadas pelo Presidente da Junta de Freguesia de Real, o saneamento do Vale da Mota já tinha tido uma intervenção mas não tinha sido suficientemente eficaz e tinham também o problema do loteamento do Outeiro, que tinha herdado, mas era um problema preocupante e que iria merecer da parte da CM toda a atenção para que se pudesse resolver o problema. Sobre o setor das águas era um processo que estava a ser tratado por vários Municípios, que estavam a tentar junto dos tribunais impugnar aquele decreto-lei que pretendia criar uma nova sociedade e ao mesmo tempo extinguir um conjunto de sociedades existentes como era o caso das Águas do Douro e Paiva. Que estavam a depositar tudo nas ações que estavam a colocar, não estavam a reconhecer qualquer ato societário que estava a ser adotado, e enquanto Presidente da CM e Presidente da CIM de Tâmega e Sousa recusou-se liminarmente a integrar qualquer sociedade e a participar em qualquer ato formal da Sociedade das Águas do Norte recentemente criada por decreto-lei, precisamente para não dar qualquer argumento e não colocarem em causa qualquer processo que estava a decorrer. Quanto à questão dos passadiços tinha sido uma iniciativa muito interessante, e que a CM já tinha colocado aquela intenção de investimento como uma das grandes prioridades para o Município. Quanto aos territórios de baixa densidade, se estava na ata que tinha estado presente não se lembrava e que isso também não era importante, mas o certo era que tinha votado contra, tinha dito de viva voz a quem tinha tomado aquela iniciativa e que tinha dito que processava a ANMP se não abrisse o processo para que a CM de Castelo de Paiva pudesse participar. Porque a Comissão que foi criada para elaborar os critérios foi criada à socapa. Que era inadmissível criarem uma comissão sem ninguém saber de nada. Quando convidaram para pertencer a uma Comissão dos Territórios de Baixa Densidade já tardiamente e com o comboio a andar, tinha sido confrontado com factos consumados. Que não tinha mentido nem tinha esse hábito. Que não tinha estado de braços cruzados, e que já havia duas freguesias que já estavam integradas como territórios de baixa densidade que era Real e Paraíso. Que estavam a trabalhar para que se conseguir integrar mais uma freguesia. Quanto ao documento apresentado analisou-o e ia reportar os dados. Que estavam a preparar dados técnicos para ver se conseguiam que a Freguesia de Fornos fosse considerada como freguesia de baixa densidade, que ao ultrapassarem os 50%, conseguiam que automaticamente todo o território fosse considerado de baixa densidade.

Ausentou-se o Membro Ricardo Jorge.

4. INFORMAÇÃO ESCRITA DA ACTIVIDADE DA CM E DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO.

Presente o ofício 1397 de 15.04.2015, do Presidente da Câmara, contendo a informação da atividade da Câmara Municipal, bem como uma informação da situação financeira datada de 15 de Abril de 2015, e de acordo com o Mapa dos Encargos Assumidos e Não Pagos, a dívida referente a fornecedores é nessa data de 817,427,16 (oitocentos e dezassete mil quatrocentos e vinte e sete euros e dezasseis cêntimos) e do Resumo Diário de Tesouraria, de 14.04.2015, com o total de disponibilidades cujo saldo totaliza o valor de 1.724.735,62 (um milhão setecentos e vinte e quatro mil setecentos e trinta e cinco euros e sessenta e dois cêntimos), sendo estes documentos depois de apreciados arquivados na pasta anexa a esta ata.

Mónica Rocha em substituição do Presidente da União de Freguesias de Raiva, Pedorido e Paraíso, agradeceu as palavras que endereçaram à Junta de Freguesia pelo evento do Couto Mineiro em Festa, que foi um autêntico sucesso e foi mérito de todos os que participaram e agradeceu a presença de todos os que foram ao evento.

Ausentou-se o Membro Almiro Moreira.

5. ORÇAMENTO DE 2015 – 1ª. REVISÃO.

Presente os documentos referentes à 1ª. Revisão ao Orçamento, que se dão aqui como integralmente reproduzidos e ficam arquivados na pasta anexa a esta ata.

Presidente da CM referiu que havia necessidade de dar cumprimento a uma obrigatoriedade que se prendia com um novo Plano de Saneamento Financeiro e era necessário criar uma nova rubrica. Que quanto ao Fundo de Apoio Municipal era uma imposição legal que não estava previsto. Que havia também uma outra rubrica que tinha de ser reforçada, que tinha a ver com as refeições escolares.

Colocada à votação, a AM deliberou por maioria com 7 abstenções do PSD e os votos a favor dos restantes membros, aprovar a 1ª. Revisão ao Orçamento de 2015.

Verificou-se a presença do Membro Almiro Moreira

6. LISTAGEM DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS E AQUISIÇÕES DE SERVIÇOS RELATIVAS AO 1º. TRIMESTRE DE 2015.

Presente os documentos referentes à listagem de compromissos plurianuais e aquisições de serviços relativas ao 1º. Trimestre de 2015, que se dão aqui como integralmente reproduzidos e ficam arquivados na pasta anexa a esta ata.

A AM Tomou conhecimento

7. APOIO AO INVESTIMENTO. REGULAMENTO

Retirado este ponto por falta de elementos.

Verificou-se a presença do Membro Ricardo Jorge.

8. PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.

Não houve intervenções

Presidente da AM colocou à consideração da AM e para receber eventuais sugestões se se justificava que a próxima AM fosse realizada em Santa Maria de Sardoura e que no final de Agosto poderiam resolver esta questão.

A sessão foi encerrada às 22h24, tendo-se aprovado por unanimidade a minuta desta ata, nos termos do nº. 3 do artigo 57º. da Lei nº. 75/13, de 12 de Setembro.
